

## CIRCULAÇÃO MONETÁRIA E ENTESOURAMENTO NO CASTRO DE GUIFÕES (MATOSINHOS) NOS SÉCULOS IV E V

Marcelo Mendes Pinto<sup>1</sup>

É sabido o valioso contributo da Arqueologia à História Económica, sobretudo através do achado de tesouros e de moedas avulsas em escavações arqueológicas. É através da Numismática que é feita a análise desses achados, e são os dados daí resultantes que se revelam fundamentais para o aprofundamento do estudo das economias antigas, dado ser possível entrever a frequência de emissão de moeda, a variação dos seus fluxos de abastecimento às várias regiões – sobretudo numa unidade política tão vasta e diversa como foi o Império Romano -, os momentos inflacionários, de pujança ou de crise económica, as reformas monetárias e as imposições da propaganda imperial, as próprias modificações políticas e as variações que exigiram do sistema monetário, enfim, é todo um mundo de informação que, devidamente tratado, permite uma aproximação mais rigorosa à interpretação arqueológica e histórica das sociedades antigas.

Faz-se normalmente uma distinção entre o tipo de dados fornecidos pelo estudo de um tesouro monetário, com toda a subjectividade que pode estar implícita na sua constituição, e os dados fornecidos pela análise do conjunto das moedas avulsas achadas em escavação arqueológica, uma vez que estas, pressupondo tatar-se de moedas perdidas pelos seus possuidores, constituem uma amostra estatisticamente mais válida em termos de reflexo da circulação monetária de um determinado local, num determinado período de tempo. Há que notar, porém, que alguns tesouros monetários também podem reflectir a circulação monetária no momento da sua constituição: são os chamados “tesouros de urgência”, isto é, aqueles que são constituídos com toda a moeda a que o entesourador teve acesso num dado momento, de aflição e emergência, por natureza, devido a circunstâncias sociais, políticas ou militares adversas. Há alguns casos raros em que é possível conjugar estas duas ordens de factores, moedas de escavação de um sítio arqueológico e um tesouro monetário do mesmo local<sup>2</sup>. Guifões é um deles.

---

<sup>1</sup> Mestre em Arqueologia pela FLUP. Arqueólogo.

<sup>2</sup> Os únicos sítios arqueológicos estudados em Portugal a esse nível são a cidade romana de Conimbriga e recentemente o Castro de Fiães. I. Pereira, J.-P. Bost, J. Hiernard, *Fouilles de Conimbriga, III. Les Monnaies*, Paris, 1974; Rui M. S. Centeno, *Moedas Romanas do Castro de Fiães (Aveiro, Sta. Maria da Feira)*, Museu Convento dos Lóios, Santa Maria da Feira, 2008.

## 1 – Achados numismáticos em Guifões

Joaquim Neves dos Santos foi pioneiro nos trabalhos arqueológicos desenvolvidos no Castro de Guifões, sobranceiro à foz do rio Leça.

Mas, em todos os artigos que escreveu sobre Guifões, não faz nenhuma referência ao aparecimento de qualquer conjunto monetário no decurso das suas prospecções e escavações, limitando-se à publicação de alguns achados isolados de moedas na sua monografia sobre esta estação<sup>3</sup>, que incluem um *aureus* de Nero<sup>4</sup> e dois bronzes de Constantinus II.

Com uma diacronia de ocupação longa e uma situação privilegiada, o Castro de Guifões foi durante a época romana um povoado importante, espelhando através dos vestígios arqueológicos encontrados uma economia pujante. As relações económicas, no mundo romano, estavam alicerçadas numa circulação monetária intensa, e o Castro de Guifões, pelo menos no Baixo-Império, não fugia a esta regra.

Acontece que na década de 50 do século XX, não estavam muito desenvolvidos os estudos de Numismática em Portugal. Talvez isso ajude a explicar o quase silêncio de Neves dos Santos sobre os achados monetários em Guifões.

Em 1995, tivemos acesso<sup>5</sup> a um conjunto de fotografias onde são retratadas 287 moedas, organizadas em séries de 35 por lâmina fotográfica 18X24 cm, e em cujo verso aparece escrito na caligrafia de J. Neves dos Santos a seguinte referência: “*Monte Castelo-Castro de Guifões*”. Os aversos das moedas, cuidadosamente numeradas e à escala 1:1, são fotografados separadamente dos seus reversos, pelo que a cada série de 35 moedas correspondem duas folhas. Em 6 conjuntos destas lâminas, a legenda manuscrita atrás citada é completada pela seguinte informação “*Moedas do tesouro monetário da casa do alto da rampa do moínho de Guifões. Habitação U.*”, que aparece apenas em mais uma lâmina com 35 moedas das quais foi fotografada a face em melhor estado, “a mais nítida”, no dizer de Neves dos Santos. Temos então um núcleo bem individualizado de 217 moedas que constituem um tesouro monetário aparecido nas escavações de uma habitação do Castro de Guifões, não se sabendo exactamente em que condições nem qual o tipo de contentor em que se achavam depositadas, pois J. Neves dos Santos não deixou mais nenhuma informação sobre este achado.

Mas, juntamente com as fotografias das moedas deste tesouro, encontram-se também fotografias de mais 70 moedas (4 lâminas), fotografadas pelo mesmo método e com a indicação “Moedas diversas”, referindo-se concertiza a achados de moedas isoladas no contexto das escavações então em curso.

Tendo publicado em 1997 os dados do tesouro da “casa do alto da rampa do moínho” como Tesouro de Guifões<sup>6</sup>, acrescentamos agora a publicação da totalidade das moedas avulsas, provenientes quer das escavações de J. Neves dos Santos (70

<sup>3</sup> Joaquim Neves dos Santos, *Castrum Quiiffiones. Notas arqueológicas e etnográficas de Guifões*, Guifões-Matosinhos 1955.

<sup>4</sup> Rui M. S. Centeno, *Circulação Monetária no Noroeste da Hispânia até 192*, (Anexos Nvmmvs, nº 1), Porto, p. 92, nº 5.

<sup>5</sup> Agradecemos a cedência deste material ao Prof. Doutor Rui Centeno, que o detinha para estudo ulterior.

<sup>6</sup> José Marcelo S. Mendes Pinto, *Tesouros Monetários Baixo-Imperiais entre Douro, Ave e Tâmega*, Anexos NVMMS, nº 8, Sociedade Portuguesa de Numismática, Porto, 2007.

moedas), quer das escavações recentes (1993-1999)<sup>7</sup>, nas quais apareceram mais 23 moedas romanas e um ceutil medieval. A conjugação destes dados permite-nos ensaiar, assim, uma aproximação à realidade da circulação monetária neste importante povoado da costa da Calaecia.

## 2 – As moedas das escavações

As moedas mais antigas aparecidas nas escavações do Castro de Guifões parecem ser dois *asses* denotando grande desgaste, absolutamente ilegíveis, e que se podem atribuir ao séc. I, período do qual se conhecia já um *aureus* de Nero publicado por Neves dos Santos. Estes numismas atestam a circulação de moeda desde cedo, imposta pelas novas regras da economia romana que aqui deve ter conhecido grande incremento na época júlio-claudiana.

A ausência do achado de numerário do século II pode ser explicada com a exiguidade da área escavada até agora, o que faz com que nos debrucemos essencialmente sobre os achados de moeda do Baixo-Império.

Se, como hoje em dia é unânimemente aceite, situarmos o conceito de Baixo Império a partir de meados do século III, verificamos que as primeiras moedas deste período aqui aparecidas são 5 *antoninianos* datáveis entre 260 e 294, dos quais um deles pode ser atribuído indiscutivelmente a Galieno, representando uma percentagem de 5,55% do total do numerário deste período. Esta percentagem é claramente superior à verificada no entesouramento, de apenas 1,38%, o que se explica pelo facto de o tesouro de Guifões ter sido constituído numa época tardia (séc. V) em que o abastecimento de moeda a esta zona já se fazia com dificuldade, fenómeno esse que provocou uma rarefacção da moeda e a reentrada em circulação de material numismático à época já fora de uso, nomeadamente a moeda da segunda metade do século III em cuja composição ainda entrava prata, como é o caso dos *antoninianos*.

Também o período Tetrárquico (294-308), iniciado com a grande reforma monetária de Diocleciano, se encontra aqui representado com dois *nummus* de Maximianus, um de Ticinum e o outro de Lugdunum, tipo de moeda que não aparece no tesouro devido à sua constituição tardia, como já referimos e ao facto de estas moedas terem sido retiradas de circulação.

O período constantiniano, ainda em afirmação, inicia-se logo em 317, com duas moedas emitidas em Roma por Constantino I, já *Augusto*, a que se seguem outras duas moedas da série GLORIA EXERCITVS, 2 estandartes, emitidas também em Roma entre 330 e 335, completado com outras duas moedas também da série GLORIA EXERCITVS, apenas com um estandarte, emitidas em nome de Constantino II, ainda *caesar*, entre 335 e 337, ano da morte de Constantino I.

Os anos de 337 a 341, em que se processa a sucessão de Constantino o Grande,

---

<sup>7</sup> Agradecemos a cedência das moedas para estudo ao Dr. Joel Cleto e ao Dr. José Manuel Varela, do Gabinete de Arqueologia da Câmara de Matosinhos.

são dominados pela série GLORIA EXERCITVS, 1 estandarte, com 10 moedas emitidas em nome de Constantino II, *Augustus*, e dos seus irmãos Constancio II e Constante, ainda *caesars*, nas várias casas da moeda do ocidente (Lugdunum, Arelate, Roma) bem como em Aquileia e Constantinopla, não tendo sido possível apurar a proveniência de três dos exemplares encontrados.

Emitida em 345, aparece-nos uma moeda da série VICTORIA AVGG, não sendo possível distinguir se em nome de Constâncio se de Constante, dado o estado de enorme desgaste da peça.

O período entre 347 e 348 parece ser altamente inflacionário, uma vez que, quer no tesouro aqui encontrado, quer no conjunto das moedas achadas em escavação, é o melhor representado, aqui com 23 exemplares (25,5% do total). As casas da moeda ocidentais e orientais apresentam séries diferentes, as VICTORIA DD AVGG Q NN, mais abundantes (17 ex.), no ocidente, e as VOT XX MVLX XXX no oriente (5 ex.), maioritariamente cunhadas em nome de Constancio II, apesar do seu irmão Constante ser também *Augustus* e reinar em Roma. Constantino II, morto em 340, é ainda recordado com um exemplar da série póstuma VN-MR cunhada nas casas da moeda do oriente.

Constâncio II, único Imperador depois da morte de Constante em 350, lança as séries FEL TEMP REPARATIO, primeiro de grande módulo - aqui não representadas -, e a partir de 353/54 e até 358 de módulo mais pequeno (AE3), com o reverso representando o cavaleiro caído (Fh, *falling horseman*) ameaçado pelo soldado com lança, a que pertencem os 11 exemplares (12,2%) encontrados, na sua versão 3 ou 4.

Entre 358 e 361, período final da casa de Constantino, é lançada uma nova moeda de bronze de menor módulo (AE4) e menor peso, do tipo SPES REIPVBLICE, aqui com 8 exemplares (8,8%) todos em muito mau estado de conservação, o que indicia uma circulação intensa, que deve ter ultrapassado os inícios do século V. Isto porque as moedas de pequeno módulo (AE4) são as únicas com curso legal a partir de 396, segundo o *Código Teodosiano*<sup>8</sup>. Ora dadas as dificuldades de aprovisionamento de moeda a esta região a partir de 395, comprovada nos estudos de entesouramento por nós efectuados, é bem provável que estas moedas constantinianas se tenham mantido em circulação ainda na primeira metade do século V, como se pode constatar nos tesouros de Afife e Monte Crasto, cuja formação tardia é atestada pelas duas moedas de Valentiniano III aí incluídas, com datações entre 430-37 e 440-455, respectivamente. De notar ainda que, entre as oito moedas assinaladas neste período, aparece uma de imitação, demonstrando um fenómeno típico das épocas de rarefacção de numerário como foram estes tempos finais do século IV e a primeira metade do século V, nos quais se destacam também os célebres *minimi* radiados, imitando a moeda radiada do século III, mas dos quais até agora não temos notícia em Guifões.

A moeda recenseada entre 364 e 378 aqui aparecida corresponde aos AE3 reformados por Valentiniano I, emitida por Valens, do tipo SECVRITAS REIPVBLICAE, e por Graciano, do tipo GLORIA ROMANORVM (variante 8).

---

<sup>8</sup> *Cth*, 11.21.2.

São 7 moedas, representando 7,7% do total. Entre 378 e 383, período em que é novamente reformada a moeda de módulo AE3, aparecem-nos duas VICTORIA AVGGG, e um *AE4* de Teodósio da série VOT X MVLT XX.

Apenas três exemplares podem ser datados posteriormente a 383. São duas moedas de grande módulo (*AE2*) do tipo GLORIA ROMANORVM (variante 18), a primeira emitida por Arcádio e a segunda atribuível a Teodósio, Arcádio ou Honório, e ainda um pequeno *AE4* do tipo SALVS REIPVBLICAE, emitido também por Arcádio.

Este período final do século IV, que se estende até 395, ano da morte de Teodósio e nalguns casos se alarga até 408, ano da morte de Arcádio, merece-nos algumas considerações: em primeiro lugar, a constatação que, tal como verificáramos no entesouramento entre Douro, Ave e Tâmega, o numerário em circulação nesta região entre 383, ano da morte do imperador Graciano e 388, ano da morte do usurpador Magno Máximo, não devia ser abundante, se atendermos ao diminuto número de moedas que registámos nos tesouros desta região, o que parece agora confirmado com a completa ausência de moedas emitidas durante este período na amostra de 90 exemplares do Baixo Império achados em escavação arqueológica que estamos a analisar. Efectivamente, os dois *AE2* e o *AE4* atribuíveis genericamente a este período, foram emitidos, os dois primeiros, entre 392 e 395, e o outro entre 388 e 395. Este fenómeno não será alheio a uma progressiva rarefacção de numerário valentiniano que se verificava já desde 378, e que reflecte as dificuldades de aprovisionamento que certas regiões da Hispânia sentiram nesta época, marcada pela usurpação de Magno Máximo, pelas lutas com Graciano que culminam com a morte deste em 383, como atrás dissemos, e por fim a morte de Máximo depois de derrotado por Teodósio em 388.

Tendo a Hispânia sido controlada por Máximo durante a sua usurpação, seria normal verificar a abundancia das emissões de *AE2* do tipo REPARATIO REIPVB que produziu, e constatar que os suprimentos monetários de Roma e das casas da moeda controladas por Graciano, Valentiniano II, Teodósio e Arcádio (desde Janeiro de 383) devem ter sentido extremas dificuldades em chegar às zonas mais ocidentais da Península. Porém, a grande rarefacção dos módulos *AE2* dessa época verificada no entesouramento e, agora, nas moedas de escavação, pode ser explicada, em primeiro lugar, pelo facto de nos grandes centros urbanos os funcionários, o pessoal administrativo e os contingentes militares receberem em dinheiro fresco, o que não acontecia nas zonas mais rurais e periféricas sem funcionalismo e sem legiões, onde Guifões se integra. Situando-se numa área rural, apesar da proximidade ao mar, a circulação monetária aqui parece ser mais lenta e apresentar algumas diferenças relativamente aos centros urbanos, tendo esse tipo de moeda aqui chegado em muito menores quantidades.

Por outro lado, com a deterioração da situação económica e política, Teodósio reformou o moeda no oriente em 383, lançando um outro *AE2*, do tipo GLORIA ROMANORVM, que com a morte de Graciano acaba por se impôr, sendo desmonetizada a moeda anterior e ganhando supremacia e preferência uma outra moeda de pequeno módulo, o *AE4*, que acaba por deter o monopólio da circulação legal a partir de 395.

Se a ausência ou diminuta presença de *AE2* pode denunciar uma constituição tardia dos tesouros desta região, numa fase em que estes já não circulariam – sobretudo depois de 396 -, a verdade é que, já em termos de circulação monetária, aqui em Guifões apenas os *AE2* do tipo *GLORIA ROMANORVM* (variante 18) emitidos entre 392 e 395 estão presentes, o que parece vir corroborar a tese da desmonetização dos *AE2 REPARATIO REIPVB* anteriores, e o domínio das *GLORIA ROMANORVM* de Valentiniano II, Teodósio, Arcádio e Honório cunhadas essencialmente nas casas da moeda do Oriente.

Também os dados fornecidos pelo tesouro para este período são análogos aos fornecidos pelas moedas de escavação: um *AE2* do tipo *GLORIA ROMANORVM* (18) de proveniência oriental e três *SALVS REIPVBLICAE* de proveniência indeterminada.

Não registamos qualquer moeda cuja emissão possa ultrapassar 395, o que traduz as dificuldades de aprovisionamento que se registaram na Hispânia após a morte de Teodósio, facto demonstrado pela excepção que representa a inclusão de moeda de Valentiniano III aparecida nos tesouros de Afife<sup>9</sup> e Monte Crasto<sup>10</sup> (apenas um exemplar em cada), ou ainda, na margem esquerda do Douro, a inclusão também de apenas uma moeda de Constantino III no tesouro de Cárquere (Resende).<sup>11</sup>

### 3 – A circulação monetária em Guifões

Quando estudámos o tesouro de Guifões, aventámos a possibilidade - analisada a sua estrutura - de ele ter sido constituído em época tardia, já talvez em pleno século V, uma vez que terminava com moeda de pequeno módulo do tipo *SALVS REIPVBLICAE*, que, sob Honório, poderá ter sido emitida até 402. Para além disso, este tesouro possui uma estrutura em tudo idêntica à dos tesouros tardios de Entre Douro, Ave e Tâmega que estudámos, sobretudo ao de Monte Crasto (Gondomar), que, como vimos, termina com uma moeda de Valentiniano III datável entre 440-455.

Por sua vez, a análise das moedas avulsas encontradas em escavação arqueológica, olhadas como um todo, permite verificar uma estrutura da circulação monetária baixo-imperial que se revela análoga, apesar de pequenas diferenças, à estrutura do tesouro, pelo que podemos deduzir com alguma segurança que este foi constituído à pressa, aproveitando o seu proprietário toda a moeda corrente a que conseguiu deitar a mão. Assim sendo, o somatório destes dois conjuntos – tesouro e moedas avulsas – forma uma amostra estatística, porque totalmente aleatória, que pode fornecer uma visão aproximada da circulação monetária em Guifões nos inícios do século V.

Para uma análise da circulação monetária nesta época utilizámos histogramas da

<sup>9</sup> Agradecemos esta informação ao Prof. Doutor Rui Centeno.

<sup>10</sup> José Marcelo S. Mendes Pinto, O tesouro de Monte Crasto (Gondomar). Subsídios para o estudo da circulação monetária baixo-imperial na bacia inferior do rio Douro, *Gaya*, VII (Actas do 2º Congresso Internacional sobre o Rio Douro-Abril/Maio 1996), V. N. Gaia, 1995-1999.

<sup>11</sup> Eugénio Jalhay, Lápides romanas da região de Cárquere (Resende), *Brotéria*, vol. LII, fasc.1, Lisboa, 1951, p. 72; M. de Castro Hipólito, Dos tesouros de moedas romanas em Portugal, *Conimbriga*, II-III, 1960-61

distribuição das moedas por períodos. No mesmo gráfico, combinámos os histogramas com as curvas de fluxos de emissão traduzidos quer no entesouramento, quer no conjunto das moedas avulsas, e obtidas através de uma fórmula expressa numa permissão que, relacionando o volume de moedas entesouradas ou achadas por período, com a duração deste período e com o total de moedas do tesouro ou do conjunto de moedas avulsas<sup>12</sup>, permite, com maior rigor, uma comparação generalizada entre os vários fluxos de emissão detectados em cada conjunto:

$$\frac{\text{Moedas por período}}{\text{Duração do período}} \times \frac{1.000}{\text{Total de moedas}}$$

Há que referir ainda que utilizámos no nosso estudo apenas as moedas cuja cronologia de emissão foi possível estabelecer sem margem para qualquer dúvida, pelo que para a análise do tesouro apenas considerámos 180 numismas, e das moedas de escavação apenas 80, pelo que a amostra final totalizou, estatisticamente, 260 moedas.

Uma nota introdutória: o aparecimento em escavação de dois *asses* do séc. I, e a referência por J. Neves dos Santos ao achado de um *aureus* de Nero, para além de atestarem o uso corrente de moeda desde os inícios do século I, podem também ser indício de um outro fenómeno já enunciado por Rui Centeno relativamente à circulação monetária tardia no Castro de Fiães<sup>13</sup>, isto é, estas moedas podem ter voltado a circular nos finais do século IV e durante o século V, devido à rarefacção de moeda então ocorrida, que fez entrar em circulação moeda de períodos anteriores, alguma já perfeitamente obliterada. Contudo, neste estudo preferimos não entrar em linha de conta com estas moedas, uma vez que pretendemos traçar um quadro da circulação monetária no Baixo-Império a partir da moeda emitida neste período, e sómente a partir daí tentar verificar quais as fases fortes e as fases fracas de circulação, quais os períodos inflacionários e qual a velocidade dessa circulação.

Começamos, então, por uma breve análise ao tesouro de Guifões, já ensaiada em trabalho anterior<sup>14</sup>, tendo-nos limitado agora apenas a uma pequena revisão resultante da uniformização dos períodos monetários entre os dados analisados: tesouro e conjunto das moedas de escavação.

Se atentarmos no Gráfico I, começamos por identificar a presença de moeda da segunda metade do século III, em pequena quantidade, começando a ver aumentar o número de moedas emitidas a partir de 330, com o aparecimento do tipo GLORIA EXERCITVS e das séries urbanas VRBS ROMA e CONSTANTINOPOLIS. Verifica-se então um forte

<sup>12</sup> Cfr. John Casey, The interpretation of romano-British site finds, *Coins and the Archaeologist*, (BAR, 4), 1974, p. 41. Esta fórmula, adaptada por Casey do trabalho de A. Ravetz, The fourth-century inflation and romano-british coin finds, *NC*, 7ª s., IV, 1964, p. 201-231, foi também usada por Rui Centeno na sua obra *Circulação Monetária no Noroeste da Hispânia até 192*, Porto, (Anexos *Nummus*, I), 1987.

<sup>13</sup> Rui M. S. Centeno, *Moedas Romanas do Castro de Fiães (Aveiro, Sta. Maria da Feira)*, Museu Convento dos Lóios, Santa Maria da Feira, 2008. pp. 10-11.

<sup>14</sup> Cfr. nota 5.

entesouramento de moeda do período constantiniano, sobretudo dos períodos 337-341, 341-348 e 351-356, com um pequeno decréscimo em 357-58 e novamente um aumento de moeda entesourada de 358-361. É de realçar a presença em circulação deste grande volume de numismas da casa de Constantino, sobretudo dos seus filhos e entre estes, de Constancio II, o que mais tempo governou, mas desde logo um pormenor revela a constituição tardia do tesouro: a grande quantidade de moeda emitida entre 358-361 corresponde ao módulo AE4, de pequeno formato, do tipo SPES REIPVBLICE, moeda essa do mesmo módulo da única moeda com circulação legal após 396 segundo o *Código Teodosiano*, como atrás já vimos.

É escassa a representação de moeda dos inícios da casa de Valentiniano, engrossando depois o número de moedas no período 364-378, denunciadora do apreço encontrado pela moeda reformada por Valentiniano I nesta altura, mas verificando-se, pela pequena quantidade de moeda entesourada, a escassez de moeda circulante entre 383 e 402, ano a que pode pertencer a moeda de emissão mais tardia que faz parte deste tesouro.

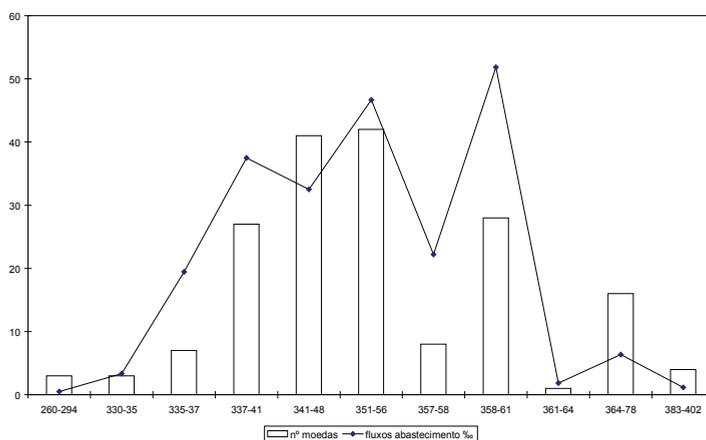


Gráfico I – Tesouro de Guifões

Moedas por período e variação dos fluxos de emissão (%)

A análise do conjunto das moedas avulsas achadas em escavação arqueológica, porque representa moedas perdidas na época e não recuperadas, pode-nos dar uma ideia mais fiável sobre a circulação monetária em Guifões no período que pretendemos estudar e, se atentarmos no Gráfico II, parece reflectir com mais detalhe uma situação já pressentida na análise do tesouro. Aqui, é mais significativa a percentagem de moeda do século III em relação ao total de moedas encontradas (5,3%), o que pode traduzir duas realidades: por um lado, a escavação de níveis da segunda metade do século III, onde é natural o seu aparecimento; por outro lado, se elas aparecem em níveis de ocupação tardios, reflectem a sua perduração em circulação de uma forma residual, como recurso, em tempos de rarefacção e dificuldades de abastecimento de numerário por parte de Roma.

Verifica-se depois a circulação de moeda de grande módulo (*nummus* AE2) durante o período da Tetrarquia, fruto da completa reforma monetária promovida por Diocleciano em 294, que promoveu o fim do *antoninianus* e a entrada em circulação de uma nova moeda, o *nummus*, que teve grande aceitação, dado o estado de desvalorização e descrédito a que a moeda tinha chegado nestes finais do século III.

Observa-se um crescendo da massa monetária circulante entre 317 e 348, período politicamente marcado pela ascensão de Constantino o Grande, pela consolidação do seu poder político e a emissão abundante da série GLORIA EXERCITVS com dois ou apenas um estandarte, e depois pela sua casa com os seus três filhos, Constantino II, Constante e Constâncio II, primeiro numa linha de continuidade da política monetária anterior, depois com a abundante série VICTORIA DD AVGG Q NN, que, produzida nas casas da moeda do Ocidente, parece prover as necessidades de uma economia com uma inflação galopante. Já com Constâncio II único *Augusto*, uma outra reforma monetária consolida um novo tipo numismático, o *AE3* da série FEL TEMP REPARATIO, também com razoáveis níveis de representação, mas começando a desenhar-se um novo aumento da massa circulante entre 358 e 361, com o *AE4* SPES REIPUBLICAE.

A partir daqui, parece poder deduzir-se da análise do conjunto das moedas de escavação de Guifões uma situação marcada por um decréscimo da massa circulante, que mantém alguma estabilidade entre 364 e 383, até com um ligeiro aumento entre 378 e 383, mas depois e até 402 com uma acentuada redução, fruto provavelmente das dificuldades de abastecimento de moeda então sentidas. Como já dissemos, a data de 402 como término deste período deve-se apenas a ser essa a data máxima de emissão dos pequenos *AE4* SALVS REIPUBLICAE de Honório, uma vez que, politicamente, deveria ser considerada a data da morte de Arcádio no Oriente em 408, ou então 409, ano a partir do qual a entrada de Suevos e Alanos no noroeste desarticula completamente os fluxos de abastecimento monetário a esta região do Império.

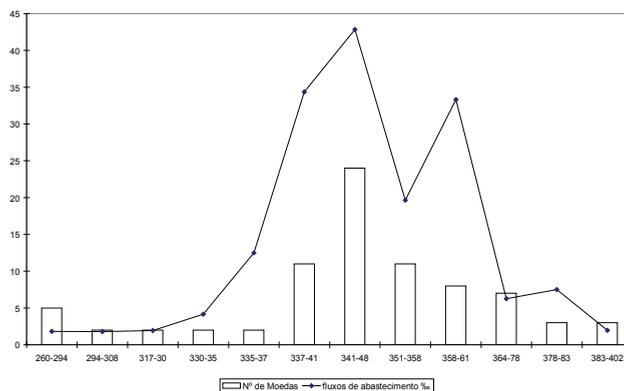


Gráfico II – Moedas avulsas em escavação arqueológica  
Moedas por período e variação dos fluxos de emissão (%)

Será talvez a altura de observar os resultados da junção numa única amostra estatística das moedas do tesouro com as moedas achadas em escavação.

O gráfico III reflecte então, no nosso entender, o que deverá ter sido a circulação monetária neste importante povoado, situado junto à costa, dominando a foz do Leça e relativamente próximo de Cale, durante o Baixo Império.

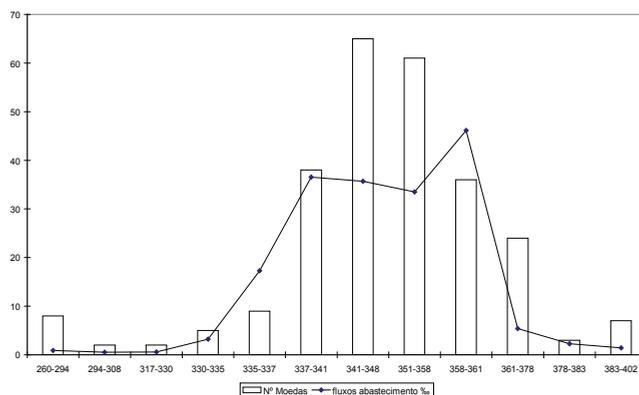


Gráfico III – Circulação monetária em Guifões  
Moedas por período e variação dos fluxos de emissão (%)

Entre 260 e 330, parece observar-se, dada a pequena quantidade de moeda verificada na amostra (3,4% do total), uma fraca velocidade de circulação e uma economia, diríamos, em estado de “hibernação”, pouco pujante, talvez apenas animada após a reforma de Diocleciano com a entrada em circulação do novo *nummus*, cuja rarefacção se pode dever quer ao entesouramento que esta moeda na altura deve ter suscitado<sup>15</sup>, quer à sua posterior desmonetização devido à imposição de circulação única do *AE4*, como atrás referimos.

Com a consolidação do poder nas mãos de Constantino I, vemos aumentar substancialmente a massa monetária circulante, sinal da estabilidade vivida no noroeste, que neste período constantiniano é abastecido regularmente, com relevo para os anos 341 a 348, em que, a avaliar pelo volume apresentado pela série VICTORIA DD AVGG Q NN e pela sua correspondente oriental VOT/XX/MVLT/XXX, a inflação deve ter disparado e sido combatida com a emissão de grandes quantidades de moeda.

Ainda em grande volume, as séries FEL TEMP REPARATIO de Constâncio II, emitidas entre 351 e 358, mostram a constância dos fluxos de abastecimento, com ligeiras variações e um pico súbito atingido entre 358 e 361 com a introdução do *AE4*, moeda divisora de pequeno módulo, que deve ter tido grande sucesso entre as populações, sobretudo em meios ruralizantes, mas cujo sucesso se deveu em grande parte, pensamos, ao facto do seu módulo ser muito semelhante às séries dos finais do período Teodosiano, às quais é reservado o

<sup>15</sup> Ver, como exemplo, o tesouro de Bustêlo (Penafiel), composto exclusivamente por *nummus* de grande módulo e peso emitidos durante as duas primeiras Tetrarquias. José Marcelo S. Mendes Pinto, *Tesouros Monetários Baixo-Imperiais entre Douro, Ave e Tâmega*, Porto, 1996, pp. 32-34. (Dissertação de Mestrado apresentada à FLUP, polic.)

exclusivo de circulação nos finais do século IV, inícios do V. Isso ajudará a explicar o estado de profundo desgaste de todos os exemplares examinados, muito mais pronunciado que em qualquer outro tipo de moeda constituinte desta amostra, o que atesta a sua circulação intensa, provavelmente prolongada e reactivada durante boa parte da primeira metade do século V.

O número de moedas registadas para o período Valentiniano é substancialmente menor, e se a massa monetária em circulação ainda denota algum peso nesta época, a partir de 383 reduz-se substancialmente, verificando-se uma cada vez menor quantidade de moeda em circulação até 402, quando o abastecimento parece cessar quase por completo. A política romana complica-se gradualmente, parecendo as economias locais regredirem, uma vez que o poder central se revela cada vez mais incapaz de fazer chegar ao noroeste moeda em número suficiente. Além disso, a retirada das guarnições militares, chamadas às fronteiras do Império devido à pressão dos bárbaros, e que normalmente eram pagas atempadamente em numerário, é também um factor de desaceleração da velocidade de circulação. Depois de 409, a instalação dos Suevos perturba de vez o aprovisionamento de moeda a esta região, já só aqui chegando muito esporadicamente e em pequenas quantidades, insuficientes para as necessidades da população, que continua a usar as moedas em uso dos últimos trinta anos e que recorre a artifícios como o aproveitamento de espécimes antigos já retirados da própria circulação.

O desaparecimento progressivo da moeda imperial de bronze parece ser um facto a partir dos inícios da primeira metade do século V, comprovável pelos dados disponíveis até ao momento quer em *Conimbriga*, Fiães<sup>16</sup>, ou *Tongobriga* (Freixo, Marco de Canavezes) quer ainda em *Cale*<sup>17</sup> ou *Bracara Augusta*, onde são muito raras as moedas aparecidas datáveis posteriormente a 395, o mesmo se verificando aqui em Guifões.

Porém, em meados do século V o rei suevo Requiário cunha em *Bracara Augusta* moeda de prata – *siliqua* - com a efígie de Honório, morto quase trinta anos antes, mas assinalando o seu próprio reinado, numa atitude de curta duração que imita e desafia o poder imperial. Apesar de não ter sido registado até à data nenhum achado destes em Guifões, pelo seu significado para a história monetária do período tardo-romano nesta região vale a pena determo-nos um pouco mais sobre estas cunhagens.

São conhecidas apenas cinco *siliquae*: a primeira de que houve conhecimento, referida desde 1788, foi adquirida pela Bibliothèque Nationale de Paris em 1864, onde se encontra. A segunda, apareceu nas escavações arqueológicas efectuadas no Castro de Lanhoso<sup>18</sup>, Póvoa do Lanhoso, em 1940. O terceiro e o quarto exemplares foram encontrados nas escavações arqueológicas da Casa do Infante no Porto em 1996, tendo o primeiro sido identificado por J. M. Peixoto Cabral e D. M. Metcalf<sup>19</sup> e o segundo por nós próprios quando examinávamos o conjunto dos numismas romanos

<sup>16</sup> Cfr. nota 13.

<sup>17</sup> José Marcelo S. Mendes Pinto, Circulação monetária em torno a *Cale* nos finais da época romana, *O Tripeiro*, 7ª série, Ano XXIII, nº 11, Porto, Novembro 2004

<sup>18</sup> C. Teixeira, O Castro de Lanhoso e o seu espólio, *Congresso do Mundo Português-Publicações*, vol. 1 (Memórias e comunicações apresentadas ao I Congresso da Pré e Proto-História de Portugal), Ed. Comissão Executiva dos Centenários, Lisboa, 1940, pp 515-529.

<sup>19</sup> J. M. Peixoto Cabral, D. M. Metcalf, A Moeda Sueva, Anexos NVMMS, nº 4, Sociedade Portuguesa de Numismática, Porto 1997.

achados nas escavações, tendo em vista a preparação do estudo das moedas de *Cale*<sup>20</sup>.

Por último, em escavações recentes efectuadas na alcáçova de Santarém, apareceu um outro exemplar, em tudo análogo aos primeiros, e que curiosamente parece assinalar o ponto extremo da penetração suévica no sul da Península, a linha do Tejo. Curiosamente, todas estas cinco *siliquae* apresentam cunhos diferenciados, o que pressupõe uma certa abundância de emissão.

A *siliqua* que estudámos (RIC X, 3786)<sup>21</sup> encontra-se fragmentada, faltando-lhe cerca de 1/4 do disco, e ligeiramente dobrada a meio, com uma pequena fractura, devido talvez à compressão das terras e pedras que envolviam a sua jazida. Como nas outras já conhecidas, o seu anverso ostenta a legenda [DN HON]ORIVS PF AVG e no reverso pode ler-se [IV]SSV RICHIARI [REGES] a orlar o campo onde é visível a cruz e o topo das iniciais BR, que a ladeavam, inscritas dentro de uma coroa de louros. Tal como nas outras *siliquae* conhecidas, as iniciais BR indicam *Bracara*, capital dos Suevos, como centro emissor destas moedas.

Emitidas por Requiário em nome do Imperador Honorius, desaparecido 25 anos antes, estas moedas demonstram bem a forma como os reis Suevos se legitimavam perante as populações galaico-romanas, mantendo a forma exterior de governo em nome do Imperador de Roma e considerando-se, talvez como outros governantes bárbaros, apenas reis do seu próprio povo.

Requiário reinou entre 448 e 456, tendo-se convertido ao cristianismo em 448 ou 449. Não se conhece exactamente a data de emissão destas *siliquae*, nem os contextos da sua emissão. Se as pretendermos situar iconograficamente, começamos por verificar que ostentam no anverso a efígie do Imperador Honorius, que, como dissemos, falecera em 423. Por sua vez os reversos com a cruz inscrita dentro do laurel são também claramente inspirados em modelos romanos, que nos aparecem já nas *siliquae* de Arcadius em Constantinopla, sem qualquer legenda a envolvê-la, e no Ocidente nas meias-silíquas de Theodosius II (423-425) emitidas em Ravena, não existindo essa iconografia com Honorius, apenas o *crismon* envolvido pela coroa de louros. A cruz envolta pelo laurel reaparece mais tarde, também nas meias-silíquas de Ravena de Valentinianus III cunhadas em 455, bem como nos tremisses de ouro de Roma e/ou Ravena cunhados no mesmo período aquando do seu VIII consulado .

Vemos, portanto, uma clara inspiração em “prototipos” romanos, com uma mistura de elementos: busto e legenda de Honorius com um reverso que este imperador não cunhou, mas que já era conhecido de emissões de Arcadius e Theodosius II, e que volta a aparecer contemporaneamente à fase final do reinado de Requiário com Valentinianus III. Há, porém, um dado novo e absolutamente original: uma legenda entre a coroa de louros e a orla da moeda em que se diz que esta é cunhada sob o reinado de Requiário.

---

<sup>20</sup> José Marcelo S. Mendes Pinto, Circulação monetária em torno a *Cale* no Baixo Império, *Rutas, Ciudades y Moneda en Hispania* ( Actas do II Encontro Peninsular de Numismática Antiga, Porto 1998), Anejos de Archivo Español de Arqueología XX, Madrid, 1999. Pp. 401 – 413;

<sup>21</sup> J. P. C. Kent, *The Roman Imperial Coinage*, Vol. X, London, 1994, p.465.

Peixoto Cabral e Metcalf põem a hipótese de as *siliquae* suevas terem sido cunhadas pouco antes do tratado de 453 entre Valentinianus e os suevos - que tinham invadido território basco - ou então depois da morte de Valentinianus III, a 15 de Março de 455, mas antes de Requiário ter sido derrotado, preso em *Cale* e condenado à morte por Teodoricus, rei dos Visigodos, em 456, na sequência da quebra do tratado com Roma e da invasão que os Suevos perpetraram na Cartaginense e na Tarraconense, ainda províncias romanas. Se assim tivesse sido, essa afirmação de poder faria sentido depois da quebra do *foedus* com Roma, demonstrando uma ambição independentista e a quebra de laços com o Império. A cunhagem de moeda seria então uma forma de afirmação total do poder suévico no território que efectivamente controlava.

Porém, a efígie de Honorius no anverso das *siliquae* parece desmentir essa hipótese, antecipando a emissão deste tipo de moeda por Requiarius, e introduzindo a ideia apenas de afirmação de um soberano que além de governar o seu povo governa também toda uma região e os seus habitantes hispano-romanos sob o poder supremo do Imperador de Roma, nos termos clássicos dos *foedus*. Como acto de rebelião, faria mais sentido que as *siliquae* emitidas ostentassem o busto do rei suevo, embora copiando a tradição e continuando a imitar a tipologia romana, mas numa afirmação de *magestas* perante o poder anterior que pretenderia substituir.

Parece-nos, contudo, que há um ponto que ainda não foi focado e que se prende com o significado e a importância a atribuir à introdução da iconografia da cruz dentro do laurel no reverso das moedas como símbolo da conversão de Requiário e dos Suevos ao Cristianismo em 448 ou 449, isso sim um facto novo e de realce no contexto da conjuntura da época, aliado à sucessão de Requiário a Requila à frente do reino suévico.

Temos assim como mais provável, pesados todos estes dados, que a cunhagem destas *siliquae* em *Bracara* seja anterior a 453, mais concretamente aos primeiros anos do reinado de Requiário, sendo ainda Imperador Valentinianus III, sob o qual, como vimos, foram emitidas abundantes emissões de *tremisses* com essa iconografia. Datarão, portanto, do período em que ele se afirma como rei dos suevos governando em nome do Imperador de Roma e como primeiro rei cristão na Hispânia, diferenciando-se dos seus vizinhos visigodos que eram arianos.

A partir daqui, no Noroeste e conseqüentemente na região em análise, subsiste apenas a moeda de ouro, com uma circulação muito limitada e restrita talvez apenas aos centros urbanos onde residia a aristocracia local, também não se conhecendo em Guifões nenhum exemplar.

Neste período, o abrandamento e o arrefecimento da economia monetária nesta região coincide com a progressiva ruralização das populações que se vinha a sentir desde a segunda metade do século IV e com a instabilidade político-militar da primeira metade do século V. Os Suevos, que fixam a sua capital em *Bracara Augusta*, instalam-se predominantemente no campo, ocupando as boas terras agrícolas e, possivelmente, as *villae* e casais dispersos na paisagem, começando a viver muito provavelmente em regime de autarcia quando se desarticulam os mecanismos comerciais e económicos romanos.

## CATÁLOGO DAS MOEDAS DE ESCAVAÇÃO

## I - Séc. I-II- (2)

ILEGÍVEL (2)

- - // - (2)

Nº	Den	Gov	Reverso	RIC	TOTAL
1	Asse	?	Ilegível.	?	1
2	Asse	?	Ilegível	?	1

## II – 260-294 (5)

CM INDETERMINADA (5)

- - // S (1)

Nº	Den	Gov	Reverso	RIC	TOTAL
3	Ant.	?	?		1

- -// - (4)

Nº	Den	Gov	Reverso	RIC	TOTAL
4	Ant.	GAL	?		1
5-7	Ant.	?	?		3

## III – 294-305 (1)

TICINVM (1)

- -// PT. (1)

Nº	Den	Gov	Reverso	P	S	RIC VI	TOTAL
8	N	MH	SACRA MONET AVGG ET CAESS NOSTR		1	46b	1

## IV – 305-308 (1)

LVGDVNVM (1)

- -// [PLC] (1)

Nº	Den	Gov	Reverso	RIC VI	TOTAL
9	N	MH	GENIO POP ROM	253	1

## V - 317-330 (2)

ROMA (1)

- - // R Q (1)

Nº	Den	Gov	Reverso	P	S	T	Q	RIC VII	TOTAL
10	N	CI	DN CONSTANTINI MAX AVG VOT / XX				1	237	1

## CM INDETERMINADA (1)

-- // -- (1)

<i>Nº</i>	<i>Den</i>	<i>Gov</i>	<i>Reverso</i>				<i>RIC</i>	<i>TOTAL</i>
11	N	CII (c) ou Cs (c)?	?				?	1

## VI - 330-335 (2)

ROMA (1)

-- // R Q P (1)

<i>Nº</i>	<i>Den</i>	<i>Gov</i>	<i>Reverso</i>	<i>P</i>	<i>S</i>	<i>T</i>	<i>RIC VII</i>	<i>TOTAL</i>
12	N	Cl, CIIc, Csc, Cnc	GLORIA EXERCITVS, 2 est.	1			350 a 353	1

## CM INDETERMINADA (1)

-- // -- (1)

<i>Nº</i>	<i>Den</i>	<i>Gov</i>	<i>Reverso</i>				<i>RIC VII</i>	<i>TOTAL</i>
13	N	?	[GLOR]-IA EXERC-[ITVS], 2 est.				?	1

## VII - 335-337 (2)

LVGDVNVM (1)

-- // ∪ PLG (1)

<i>Nº</i>	<i>Den</i>	<i>Gov</i>	<i>Reverso</i>	<i>P</i>	<i>S</i>		<i>RIC VII</i>	<i>TOTAL</i>
14	N	CII (c)	GLOR-IA EXERC-ITVS, 1 est.	1			276	1

## CM INDETERMINADA (1)

-- // -- (1)

<i>Nº</i>	<i>Den</i>	<i>Gov</i>	<i>Reverso</i>				<i>RIC VII</i>	<i>TOTAL</i>
15	N	CII (c)	[GLOR-IA EXERC-ITVS], 1 est.				?	1

## VIII - 337-341 (10)

LVGDVNVM (2)

-- // ¤ PLG (1)

<i>Nº</i>	<i>Den</i>	<i>Gov</i>	<i>Reverso</i>	<i>P</i>	<i>S</i>		<i>RIC VIII</i>	<i>TOTAL</i>
16	N	Cn	GLOR-IA [EXERC]-ITVS, 1 est.	1			9	1

I // - PLG (1)

<i>Nº</i>	<i>Den</i>	<i>Gov</i>	<i>Reverso</i>	<i>P</i>	<i>S</i>		<i>RIC VIII</i>	<i>TOTAL</i>
17	N	Cn	[GLOR-IA EXERC-ITVS], 1 est.	1			29	1

## ARELATE (1)

## X // [P]CONST (1)

Nº	Den	Gov	Reverso	P	S	RIC VIII	TOTAL
18	N	CI	GLOR-IA EXERC-ITVS, 1 est.			?	1

## ROMA (2)

## - - // R[♥P] (1)

Nº	Den	Gov	Reverso	P	S	RIC VIII	TOTAL
19	N	Cs	[SECVRI-TAS REIP ou P.]	1		7 ou 9	1

## - - // [R #].P (1)

Nº	Den	Gov	Reverso	P	S	RIC VIII	TOTAL
20	N	Cs	SECVRITAS – REI-P.]	1		46	1

## AQUILEIA (1)

## # // [AQ]P (1)

Nº	Den	Gov	Reverso	P	S	RIC VIII	TOTAL
21	N	Cs	[GLOR-IAEXERC-ITVS], 1 est.	1		33	1

## CONSTANTINOPOLIS (1)

## - - // CONSA (1)

Nº	Den	Gov	Reverso	P	S	RIC VIII	TOTAL
22	N	CII	GLOR-IAEXERC-ITVS, 1 est.	1		25	1

## CM INDETERMINADA (3)

## O // ? (1)

Nº	Den	Gov	Reverso	P	S	RIC VIII	TOTAL
23	N	?	[GLORIA EXERCITVS], 1 est.				1

## - - // ? (2)

Nº	Den	Gov	Reverso	P	S	RIC VIII	TOTAL
24	N	?	[GLOR-IAEXERC-ITVS], 1 est.			?	1
25	N	Cp	Vitória na proa				1

**IX - 330-341 (1)**

## CM INDETERMINADA (1)

## - - // (?) (1)

Nº	Den	Gov	Reverso	P	S	T	RIC VIII	TOTAL
26	N	CI ou CII	GLORIA EXERCITVS, 1 ou 2 esr.					1

**X - 345 (1)**

## AQUILEIA (1)

## - - // AQP (1)

Nº	Den	Gov	Reverso	P	S	T	RIC VIII	TOTAL
27	N	Cs ou Cn	[VICTORIA AVGG]	?			72 a 75	1

Nº	Den	Gov	Reverso	P	S	T	RIC VIII	TOTAL
27	N	Cs ou Cn	[VICTORIA AVGG]	?			72 a 75	1

## XI - 347-348 (23)

## LVGDVNM (2)

‡ // PLG (1)

Nº	Den	Gov	Reverso	P	S	T	RIC VIII	TOTAL
28	N	Cs	[VICTORI]AEDDAVGGQNN		1		9	1

§ // PLG (1)

Nº	Den	Gov	Reverso	P	S	T	RIC VIII	TOTAL
29	N	Cs	[VICTORI]AEDDAVGGQNN		1		65	1

## ARELATE (1)

P // [PARL]

Nº	Den	Gov	Reverso	P	S	T	RIC VIII	TOTAL
30	N	Cs ou Cn	VICTORIAE DD AVGG Q NN				83-87	1

## TREVERI (1)

D // [TRP]

Nº	Den	Gov	Reverso	P	S	T	RIC VIII	TOTAL
31	Cn	N	VICTORIAE DD AVGG Q NN				195	1

## ROMA (4)

. // [R]P

Nº	Den	Gov	Reverso	P	S	T	RIC VIII	TOTAL
32	Cn	N	VICTORIAE DD AVGG Q NN	1			77 ou 78	1

- - // R T (1)

Nº	Den	Gov	Reverso	P	S	T	Q	RIC VIII	TOTAL
33	N	Cs ou Cn	VICTORIAEDD[AVGG]Q[NN]			1		75 a 78	1

- - // R ♥ P (1)

Nº	Den	Gov	Reverso	P	S	T	Q	RIC VIII	TOTAL
34	N	Cn	VICTO[RIAEDDAVGGQ]NN	1				101	1

- - // R [-] (1)

Nº	Den	Gov	Reverso	P	S	T	RIC VIII	TOTAL
35	N	Cn	VICTORIAEDDAVGG[QNN]	?			?	1

## AQUILEIA (1)

A // [A]QP (1)

Nº	Den	Gov	Reverso	P	S	T	RIC VIII	TOTAL
36	N	Cs	[VICTORI]AEDDAVGGQNN	1			80 ou 81	1

## THESSALONICA (1)

## ‡ // SMTSA (1)

Nº	Den	Gov	Reverso	A	B	□	□	RIC VIII	TOTAL
37	N	Cs	VICTORIAEDDAVG[GQNN]	1				102	1

## NICOMEDIA (1)

## -- // SMNA (1)

Nº	Den	Gov	Reverso	A	B	□	□	RIC VIII	TOTAL
38	N	Cs	VOT/XX/MVLT/XXX	1				49	1

## ALEXANDRIA (1)

## -- // SMALA. (1)

Nº	Den	Gov	Reverso	A	B	□	□	RIC VIII	TOTAL
39	N	Cs	VOT/XX/MVLT/XXX	1				36	1

## CM OCIDENTAL (6)

## ‡ // ? (1)

Nº	Den	Gov	Reverso	P	S			RIC VIII	TOTAL
40	N	Cs ou Cn	[VICTORI]AEDDAV[GGQNN]					?	1

## -- // -- (5)

Nº	Den	Gov	Reverso	P	S			RIC VIII	TOTAL
41	N	Cs	[VICTORI]AEDDAVGGQNN					?	1
42-45	N	Cs ou Cn	VICTORIAE DDAVGGQNN					?	4

## CM ORIENTAL (4)

## -- // -- (4)

Nº	Den	Gov	Reverso	A	B	□	□	RIC VIII	TOTAL
46-47	N	Cs ou Cn	VOT/XX/MVLT/XXX					?	2
48	N	Cs	VOT/XX/MVLT/XXX					?	1
49	N	CII (DV)	VN-MR					?	1

## IMITAÇÃO (1)

## ‡ // ? (1)

Nº	Den	Gov	Reverso	P	S			RIC VIII	TOTAL
50	N	?	tipo VICTORIAEDDAVGGQNN						1

## ARELATE (1)

## D - // PCON (1)

<i>Nº</i>	<i>Den</i>	<i>Gov</i>	<i>Reverso</i>	<i>P</i>	<i>S</i>	<i>T</i>	<i>RIC VIII</i>	<i>TOTAL</i>
51	AE3	Cs	FEL TEMP REPARATIO, (Fh3)	1			216	1

## ROMA (1)

## - - // RQ[P] (1)

<i>Nº</i>	<i>Den</i>	<i>Gov</i>	<i>Reverso</i>	<i>P</i>	<i>S</i>	<i>T</i>	<i>RIC VIII</i>	<i>TOTAL</i>
52	AE3	Cs	FEL TEMP REPARATIO, (Fh3)	1			309	1

## CM INDETERMINADA (5)

## - - // - (5)

<i>Nº</i>	<i>Den</i>	<i>Gov</i>	<i>Reverso</i>	<i>P</i>	<i>S</i>	<i>T</i>	<i>RIC VIII</i>	<i>TOTAL</i>
53	AE3	Cs	[FEL] TEMP REPARATIO, (Fh3)				?	1
54	AE3	Cs	[FEL TEMP REPARATIO], (Fh3)				?	1
55	AE3	Cs	[FEL TEMP] REPARATIO, (Fh3)				?	1
56	AE3	Cs	FEL TEMP REPARATIO, (Fh4)				?	1
57	AE3	Cs	FEL TEMP REPARATIO, (Fh3)				?	1

## XIII – 357- -358 (4)

## ROMA (1)

## - - // R.M.P (1)

<i>Nº</i>	<i>Den</i>	<i>Gov</i>	<i>Reverso</i>	<i>P</i>	<i>S</i>	<i>T</i>	<i>RIC VIII</i>	<i>TOTAL</i>
58	AE3	Jc	[FEL] TEMP REPARATIO, (Fh3)	1			314	1

## CYZICUS (1)

## .M. - // SMK[A] (1)

<i>Nº</i>	<i>Den</i>	<i>Gov</i>	<i>Reverso</i>	<i>P</i>	<i>S</i>	<i>T</i>	<i>RIC VIII</i>	<i>TOTAL</i>
59	AE3	Cs	[FEL TE]MP REPARATIO, (Fh3)	1	□	□	115	1

## CM INDETERMINADA (2)

## M - // - (2)

<i>Nº</i>	<i>Den</i>	<i>Gov</i>	<i>Reverso</i>	<i>P</i>	<i>S</i>	<i>T</i>	<i>RIC VIII</i>	<i>TOTAL</i>
60	AE3	Cs	[FEL] TEMP REPARATIO], (Fh3)				?	1
61	AE3	?	FEL TEMP RE[PARATIO]. (Fh3)				?	1

## XIV – 358- -361 (8)

## AQUILEIA (1)

## - - // .A[Q]P (1)

<i>Nº</i>	<i>Den</i>	<i>Gov</i>	<i>Reverso</i>	<i>P</i>	<i>S</i>	<i>T</i>	<i>RIC VIII</i>	<i>TOTAL</i>
62	AE4	Cs	[SPES REI-PVBLI]CE	1			237	1

## CM INDETERMINADA (6)

- // - -

Nº	Den	Gov	Reverso	P	S	T	RIC VIII	TOTAL
63	AE4	Cs	[SPES REI-PVBLICE]				?	1
64	AE4	?	[SPES REI-PVBLICE]				?	1
65	AE4	?	[SPES REI-PVBLICE]				?	1
66	AE4	?	[SPES REI-PVBLICE]				?	1
67	AE4	?	[SPE]S [RE]I-PVBLI[CE]				?	1
68	AE4	?	[SPES] REI-[PVBLICE]				?	1

## IMITAÇÃO (1)

- - // - - (1)

Nº	Den	Gov	Reverso	P	S	T	RIC VIII	TOTAL
69	AE4	Cs	[SPES REI-PVBLICE]				?	1

## XV – 364- -378 (7)

## ROMA (3)

- - // R.SECVNDA (1)

Nº	Den	Gov	Reverso	P	S	T	RIC IX	TOTAL
70	AE3	Vn	SECVRITAS REIPVBLICAE			1	24 (b)	1

- - // R T[ERTIA] (1)

Nº	Den	Gov	Reverso	P	S	T	RIC IX	TOTAL
71	AE3	Gr	[GLORIA RO]MANOR[VM] (8)			1	23 (c)	1

- - // [SM] RP (1)

Nº	Den	Gov	Reverso	P	S	T	RIC IX	TOTAL
72	AE3	Vn	SECVRITAS REIPVBLICAE	1			24 (b) ou 28 (a)	1

## CM INDETERMINADA (4)

- - // - - (4)

Nº	Den	Gov	Reverso	P	S	T	RIC IX	TOTAL
73	AE3	V1 ou Vn	SECVRITAS REIPVBLICAE				?	1
74-75	AE3	?	SECVRITAS REIPVBLICAE				?	2
76	AE3	?	[GLORIA ROMANORVM] (8)				?	1

## XVI – 378- -383 (3)

## ROMA (1)

- - // S[MR]B (1)

Nº	Den	Gov	Reverso	P	B	T	Q	RIC IX	TOTAL
77	AE4	V2	VICTOR-IAAVGGG			1		48 (c)	1

## CYZICVS (1)

- // SMKA (1)

<i>Nº</i>	<i>Den</i>	<i>Gov</i>	<i>Reverso</i>	<i>A</i>	<i>B</i>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<i>RIC IX</i>	<i>TOTAL</i>
78	AE4	Th1	VOT/X/MVLT/XX	1				21 (c)	1

## CM INDETERMINADA (1)

- -/ - - (1)

<i>Nº</i>	<i>Den</i>	<i>Gov</i>	<i>Reverso</i>	<i>RIC IX</i>	<i>TOTAL</i>
79	AE3	Gr,V2,Th1	VICTORIA AVGGG		1

## XVII – 383- -395 (3)

## NICOMEDIA (1)

- - // SMNB (1)

<i>Nº</i>	<i>Den</i>	<i>Gov</i>	<i>Reverso</i>	<i>A</i>	<i>B</i>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<i>RIC IX</i>	<i>TOTAL</i>
80	AE2	A	GLORIA ROMANORVM (18)	1				46 (b)	1

## CM ORIENTAL (1)

- -/ - -

<i>Nº</i>	<i>Den</i>	<i>Gov</i>	<i>Reverso</i>	<i>RIC IX</i>	<i>TOTAL</i>
81	AE2	Th1, A, Hn	GLORIA ROMANORVM (18)	?	1

## CM INDETERMINADA (1)

P -/ - -

<i>Nº</i>	<i>Den</i>	<i>Gov</i>	<i>Reverso</i>	<i>RIC IX</i>	<i>TOTAL</i>
82	AE4	A	SALVS REIPVBLICAE	?	1

## XVIII – ILEGÍVEIS (11)

- - // - - (11)

<i>Nº</i>	<i>Den</i>	<i>Gov</i>	<i>Reverso</i>	<i>RIC</i>	<i>TOTAL</i>
83-87	N	?	?	?	5
88	AE3	?	?	?	1
89	AE4	?	?	?	1
90-93	N ou AE3			?	4

